

QUILOMBO CRUZ DA MENINA: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS EM DONA INÊS/PB¹

Nathália Jorge Novais

Mestranda em Antropologia, PPGA/UFPB, Brasil.

Fabio Mura

Doutor em Antropologia Social; Docente do PPGA/UFPB, Brasil.

Resumo: Esta comunicação visa apresentar algumas reflexões produzidas na pesquisa etnográfica iniciada durante a graduação, e em continuidade no mestrado, que tem analisado a relação entre o território e cultura no processo da construção étnica quilombola na comunidade Cruz da Menina, Dona Inês/PB, observando as singularidades do Nordeste e, sobretudo, pensando a territorialização e a territorialidade em relação com a cultura local. Em campo, observamos a maneira como a territorialidade tornou-se um aspecto importante no processo de reconhecimento do território, cujas relações familiares desenvolveram um sentimento de pertença entre os indivíduos e consolidaram a comunidade, com suas histórias, práticas culturais, conflitos e negociações, reconhecendo as subjetividades e os cenários sociais, políticos e econômicos vivenciados. Os primeiros moradores chegaram naquelas terras em 1850 e, segundo relatos de seus descendentes, eles permaneceram naquele “espaço” devido a exclusão étnica dos moradores dos sítios em que, atualmente, é localizada a zona urbana da cidade. Na busca por refúgio nas terras inesense, esses indivíduos compartilharam suas culturas, valores, saberes e criaram vínculos de parentesco. A comunidade foi formada por essa relação entre os moradores do quilombo e a forma como se relacionaram com os moradores da cidade, mas, sobretudo, pelo próprio autorreconhecimento. Esse sentimento de pertença compõem uma parte fundamental no processo de reivindicação dos moradores que aguardam pela certificação de suas terras. A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como quilombola em 2008, após reivindicação étnica conduzida por um coletivo de mulheres que, no ano seguinte, fundaram a “Associação da Comunidade dos remanescentes de Quilombo Cruz da Menina”, que ainda hoje é majoritariamente formada por mulheres. Portanto, a pesquisa tem ressaltado a luta e resiliência quilombola a partir das narrativas produzidas durante o trabalho de campo, do qual o coletivo de mulheres é fundamental para reconhecer a importância das territorialidades para a construção de uma identidade étnica quilombola naquela região. Ainda investigamos os sentidos do território para os moradores, o processo de territorialização desde a chegada dos primeiros moradores e as sociabilidades existentes, relacionando a cultura com o território, seus entrelaces e tessituras.

Palavras-Chave: Identidade étnica; território; Quilombolas; Paraíba.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024), no GT 089: Quilombos: processos de territorialização, movimentos sociais e conflitos.

***QUILOMBO CRUZ DA MENINA: IDENTITY, TERRITORY AND SOCIAL
MOVEMENTS IN DONA INÊS/PB***

Abstract: This communication aims to present some reflections produced in the ethnographic research initiated during the undergraduate course, and continuing in the master's degree, which has analyzed the relationship between territory and culture in the process of quilombola ethnic construction in the Cruz da Menina community, Dona Inês/PB, observing the singularities of the Northeast and, above all, thinking about territorialization and territoriality in relation to local culture. In the field, we observed how territoriality became an important aspect in the process of recognizing territory, whose family relationships developed a sense of belonging among individuals and consolidated the community, with its histories, cultural practices, conflicts and negotiations, recognizing the subjectivities and social, political and economic scenarios experienced. The first residents arrived on those lands in 1850 and, according to reports from their descendants, they remained in that “space” due to the ethnic exclusion of residents from the sites where the urban area of the city is currently located. In the search for refuge in Inesense lands, these individuals shared their cultures, values, knowledge and created kinship bonds. The community was formed by this relationship between the quilombo residents and the way they related to the city's residents, but, above all, by their own self-recognition. This feeling of belonging is a fundamental part of the claim process for residents awaiting certification of their land. The community was recognized by the Palmares Cultural Foundation (FCP) as quilombola in 2008, after an ethnic demand led by a collective of women who, the following year, founded the “Community Association of the remnants of Quilombo Cruz da Menina”, which is still mostly made up of women. Therefore, the research has highlighted the quilombola struggle and resilience based on the narratives produced during fieldwork, in which the collective of women is fundamental to recognizing the importance of territorialities for the construction of a quilombola ethnic identity in that region. We also investigated the meanings of the territory for the residents, the process of territorialization since the arrival of the first residents and the existing sociability, relating culture with the territory, its intertwinings and textures.

Keywords: Ethnic identity; territory; Quilombolas; Paraíba.

***QUILOMBO CRUZ DA MENINA: IDENTIDAD, TERRITORIO Y MOVIMIENTOS
SOCIALES EN DONA INÊS/PB***

Resumen: Esta comunicación tiene como objetivo presentar algunas reflexiones producidas en la investigación etnográfica iniciada durante el curso de pregrado y continuando en la maestría, que analizó la relación entre territorio y cultura en el proceso de construcción étnica quilombola en la comunidad Cruz da Menina, Doña Inês. /PB, observando las singularidades del Nordeste y, sobre todo, pensando en la territorialización y la territorialidad en relación a la cultura local. En campo, observamos cómo la territorialidad se convirtió en un aspecto importante en el proceso de reconocimiento del territorio, cuyas relaciones familiares desarrollaron un sentido de pertenencia entre los individuos y consolidaron la comunidad, con sus historias, prácticas culturales, conflictos y negociaciones, reconociendo las

subjetividades y , escenarios políticos y económicos vividos. Los primeros pobladores llegaron a esas tierras en 1850 y, según relatos de sus descendientes, permanecieron en ese “espacio” debido a la exclusión étnica de los residentes de los sitios donde actualmente se ubica el casco urbano de la ciudad. En la búsqueda de refugio en tierras inesenses, estos individuos compartieron sus culturas, valores, conocimientos y crearon vínculos de parentesco. La comunidad se formó por esta relación entre los quilombos y la forma en que se relacionaban con los habitantes de la ciudad, pero, sobre todo, por su propio reconocimiento de sí mismos. Este sentimiento de pertenencia es parte fundamental del proceso de reclamación de los residentes que esperan la certificación de sus tierras. La comunidad fue reconocida por la Fundación Cultural Palmares (FCP) como quilombola en 2008, luego de una demanda étnica liderada por un colectivo de mujeres que, al año siguiente, fundó la “Asociación Comunitaria de los Restos del Quilombo Cruz da Menina”, que se todavía compuesto mayoritariamente por mujeres. Por lo tanto, la investigación destacó la lucha y la resiliencia quilombola a partir de las narrativas producidas durante el trabajo de campo, en el que el colectivo de mujeres es fundamental para reconocer la importancia de las territorialidades para la construcción de una identidad étnica quilombola en esa región. También investigamos los significados del territorio para los pobladores, el proceso de territorialización desde la llegada de los primeros pobladores y la sociabilidad existente, relacionando la cultura con el territorio, sus entrelazamientos y texturas.

Palabras clave: Identidad étnica; territorio; quilombolas; Paraíba.

Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa “ ‘O quilombo nasce aqui!’: território e cultura na construção da identidade quilombola em Dona Inês/PB”, que vem sendo conduzido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com objetivo analisar a relação entre território e cultura no processo da construção de identidade étnica quilombola da comunidade Cruz da Menina, em Dona Inês/PB, sendo esta pesquisa um desdobramento do trabalho monográfico realizado anteriormente, durante os anos de 2021 e 2023.

O município de Dona Inês se localiza geograficamente no brejo paraibano, com divisa com Bananeiras, Tacima, Solânea, Araruna, Cacimba de Dentro e Riachão, a 153 km de João Pessoa, capital do Estado. A comunidade quilombola de Cruz da Menina está localizada na Área 05 da Zona Rural, sendo vinculado ao Bairro Tapuio, da Zona Urbana, do qual possui relação desde o período de sua formação. Antes do processo de identidade quilombola, aquelas terras também eram chamadas de Tapuio, pois eram cercadas por grandes fazendas. Devido às tensões existentes com os moradores de uma parte dessas terras, por conta de questões raciais, optou-se pela mudança de nome, em 1956, para Cruz da

Menina, em memória da criança que morreu de fome e sede ali no período da Grande Seca e que, desde então, havia sido materializada pelos moradores como Santa (Novais, 2023a).

A homenagem feita a menina, que teve o alimento e a água negada pelo fazendeiro da região e que veio a óbito, traz a identificação desses indivíduos com a história, num sentimento de pertencimento às represálias e negações recebidas pelas pessoas. Portanto, a afirmação étnica e a própria identidade são evidenciadas (e acionadas) a partir das transformações sociais, das subjetividades e de mudanças que perpassam o pertencimento e a territorialidades comuns, suas trajetórias e práticas estabelecem conexão com o território, sendo cercada de conflitos e negociações que perpassam a conjuntura sócio-político-econômico (Pacheco de Oliveira, 1998; Pollak, 1992; Barth, 2000 Lucena, 2015).

Portanto, este trabalho observa as territorialidades de Cruz da Menina e seu processo de identidade étnica a partir da sua movimentação social para reconhecimento enquanto quilombo e suas relações territoriais, iniciando a discussão com a própria noção do conceito de quilombo e suas nuances, para compreendermos o espaço ao qual estamos nos direcionando.

Quilombos, identidade, território e movimentos sociais

A discussão sobre quilombos é fundamental para compreendermos a sociedade brasileira e as nuances que inter cruzam as relações sociais instituídas até os dias atuais. Os quilombos são espaços que emergem da resistência de corpos que, durante o período colonial, foram escravizados, juntamente com suas histórias e suas culturas, sendo “um veículo de consolidação de fuga individual ou coletiva do cativo. [...] com intenções bem definidas, os quilombolas estabeleceram núcleos de resistência e autonomia aos representantes de seu inimigo maior, a escravidão” (Fiabani, 2012, p.286). Para compreendermos a identidade, o território e os movimentos sociais é necessário relembrarmos da própria transformação do conceito de quilombo na temporalidade.

Os quilombos nasceram da resistência negra ao regime escravista, que iniciou no Brasil na primeira metade do século XVI, com intuito de reerguer suas tradições, do qual os escravizados fugiam das Casas-Grandes em busca da liberdade. Uma das primeiras conceituações dadas a esses espaços foi do Conselho Ultramarino, pela Legislação Colonial no século XVIII, que designou como quilombo “toda habitação de negros(as) fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se

achem pilões nele” (Almeida, 2011, p.59), cujo intuito era mapear essas organizações em que haviam escravizados fugidos, que eram vistos como rebeldes, para reprimi-los.

Em meados de 1834, com intensificação dos ideais abolicionistas e o fortalecimento dos ideais liberalistas, o império britânico anuncia o fim do tráfico transatlântico negreiro, recomendando que os demais impérios também aderissem ao novo sistema (Gomes, 2019). No Brasil, a mão-de-obra escrava torna-se um problema para o desenvolvimento desse sistema, dando início a Crise Agrária e outros conflitos, juntamente com as tensões provocadas pelos movimentos negros e quilombolas, que resulta na Assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, com a proclamação a abolição da escravatura (Fernandes, 1978).

Nesse sentido, o quilombo passa a ser compreendido como resistência cultural em 1940, com o fortalecimento dos movimentos sociais e a redemocratização política (Ramos, 1942; Carneiro, 1958). Os movimentos negros, como: Associação do Negro Brasileiro, o Teatro Experimental do Negro, Teatro Popular Brasileiro, a Convenção Nacional do Negro, a Conferência Nacional do Negro e o I Congresso Brasileiro do Negro, dentre outros movimentos, foram fundamentais para que as comunidades quilombolas se transformassem e fossem reconhecidas como espaços de luta sociopolítica.

Como bem destaca Marques (2015), mesmo reconhecidas como espaços de luta, as comunidades quilombolas carregaram consigo uma “bagagem” negativa, que lhe fora dado pelos colonizadores por séculos, cujo intuito era invisibilizar e silenciar a resistência desses indivíduos, portanto, reafirmar esses processos de luta e discutir sobre comunidade quilombolas é importante para que essas comunidades tenham acesso às políticas públicas, reorganizando seus espaços de luta sociopolítica, cultural e identitária.

Com a Constituição de 1988, esses espaços são reconhecidos como *remanescentes de quilombo*, em que a cultura, a identidade e, sobretudo, o território é evidenciado como direito a ser reivindicado

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Art. 215. § 1º- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. § 5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 1988).

Ainda hoje é perceptível a dificuldade em se reconhecer territórios quilombolas no país, mesmo para aquelas comunidades que já possuem seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) há anos, com a afirmação de suas trajetórias, valores e práticas culturais em memória a uma ancestralidade negra, com saberes que perpassam a oralidade e reforçam suas identidades enquanto quilombolas.

Na Paraíba, os processos de reconhecimento iniciaram em 2004, que contou com uma intensificação após diálogo do Estado com a Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), que possui atualmente 50 comunidades quilombolas reconhecidas no Estado (Paraíba, 2024), sendo o Quilombo de Cruz da Menina, Dona Inês/PB, uma delas.

A mobilização social em Cruz da Menina iniciou em 2003, após o Decreto nº 4.887/2003, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que instituiu os procedimentos para reconhecimento e titulação das terras quilombolas. Com a movimentação social na comunidade, foi entregue à Comissão Estadual da Comunidade Negra e Quilombola (CECNQ), em 2007, um abaixo assinado com 52 famílias autodeclaradas como quilombolas moradores daquele território. Com essa mudança, essas “memórias subterrâneas” existentes em comunidades negras foram acionadas, ocupando espaços de reivindicações pelos direitos e pela própria identidade étnica que, antes, foi silenciada (Pollak, 1989).

Fruto desse processo, em 26 de março de 2008, a comunidade quilombola de Cruz da Menina recebeu seu certificado de reconhecimento como quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Hoje em dia, a comunidade possui 150 famílias que ainda reivindicam a expedição da titulação de suas terras, ou seja, dezesseis anos de reconhecimento como quilombo, mas ainda sem posse ao próprio território.

Mesmo após esse reconhecimento, é visível os enfrentamentos vivenciados por esses indivíduos para reafirmação de suas identidades. Essa relação da identidade com o território foi entendida, inicialmente, por meio dos conceitos de “espaço”, “território”, “territorialização” e “territorialidade”, abordados por Raffestin (1993) e, posteriormente, por Pacheco de Oliveira (1998). O espaço pode ser definido, portanto, como uma “prisão original” e o território como uma “prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 74), ou seja, é a vinda dessas famílias e a territorialização do espaço que forma a comunidade quilombola, através das territorialidades que serão vivenciadas. No que diz respeito a esses processos, chamo de territorialização, ainda inspirada por Raffestin (1993),

o “resultado de um conjunto de relações complexas que, a partir de diferentes elementos e variações, produzem mudanças e constroem “territórios” (Novais, 2023b, p. 19).

Logo, as territorialidades são vividas pelas trocas de valores, de cultura e de saberes, em que essas famílias constroem laços de pertencimento umas com a outras e, sobretudo, com aquele território habitado (Novais, 2023a), sendo um espaço, um território, de organização coletiva, que agrega significados para os indivíduos e institui as fronteiras existentes, junto aos papéis sociais de cada um, que são evocados pelas relações de poder (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004). Mais especificamente, compreendendo a territorialidade a partir das relações de parentesco e do pertencimento entre os indivíduos da comunidade, em que o processo se forma a partir das relações sociais, do contexto e da temporalidade, sendo este “espaço”, tanto material quanto simbólico” (Novais, 2023b).

Segundo Araujo, Martins e Gaioso (2009), essa noção do território foi redefinida na antropologia, rompendo com a ótica do espaço físico e geográfico, sobretudo, quando se trata de comunidades étnicas. Essa territorialização e a própria etnicidade, quando pensada por Pacheco de Oliveira (1998), assume um caráter fundamental para organização da vida social do coletivo, reconhecendo também o papel do Estado nessa relação de poder. Em sua discussão, o antropólogo apresenta quatro fenômenos presentes na territorialização de um grupo, sendo respectivamente:

1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 55).

Esses elementos abordados pelo antropólogo possibilitam a compreensão sobre o modo como é criada essa nova relação entre os indivíduos e o território, gerando transformações nos fluxos socioculturais e entendendo esses processos identitários como atos políticos. Outro ponto importante abordado por Pacheco de Oliveira (1998) é referente ao exercício político e as regulamentações entre os grupos étnicos e o Estado-nação, que constroem novos dinamismos, pois

[...] na Cruz da Menina, em 2008, surgiu o interesse da Gestão Pública, porque viu que tem a parte negra, a parte cultural onde as pessoas frequentavam o candomblé, brincavam de coco de roda e buscavam a capoeira e nisso tudo surgiu o quilombo. Aí veio a cor negra, que interessou o gestor, e começou a pesquisar nossa história e viu que a origem é quilombola. Somos descendentes de escravos. De uma sinhá que fugiu com um negro pra cá. Aí em 2008 foi reconhecido como quilombola a nossa comunidade, que as pessoas chamam por dois nomes (que ainda está para definir qual é o nome mais popular), se é “Comunidade quilombola” ou

“Quilombo de Cruz da Menina”. Mas eu acredito que seria “Cruz da Menina do quilombo” (...). (Akin, entrevista em novembro de 2021).

Desta forma, a territorialização é, para o antropólogo, uma “intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (Pacheco de Oliveira, 1998, p.56), logo, esse processo de territorialização é a organização da coletividade, que elabora uma identidade própria e cria mecanismos para instituir decisões, representações e reestruturações de suas formas culturais.

A organização política dessas comunidades se modifica a partir da relação com o Estado-nação sendo, no caso de quilombolas, necessário a instituição de associações para formulação e reivindicação de demandas coletivas. Por meio dessa conceituação, podemos observar também a manutenção dos moradores de Cruz da Menina naquelas terras, do ciclo algodão ao seu colapso, através de relações de poder como a “quebra da barragem”², que demarcava o lugar de cada indivíduo e de seu grupo, levando em consideração o racismo estrutural e as opressões sofridas.

Estes aspectos são visualizados também na definição e manutenção dos papéis sociais assumidos e seus diálogos, desde a exclusão que estas famílias sofreram em sua chegada aquelas terras, carregando consigo a negritude como fator predominante e, também, os casamentos endogâmicos, como pode ser visto na narrativa a seguir:

A gente sempre teve aquilo com a gente, a maioria é família e de cor negra. A gente sempre tinha em mente que aqui era quilombo. Aí Abayomi foi indo atrás, procurando os direitos para reconhecer aquele território como quilombo e deu certo... ela conseguiu e a gente considera quilombo. Eu mesmo me considero quilombola, minha família nasceu e cresceu lá [...] o tom da pele, os cabelos, o que o negro é [...], os dentes que são muito brancos, a cultura que não foi muito resgatada, mas sempre a gente se reconheceu [...], aí depois criaram um grupo de dança, de capoeira também. Mas há as pessoas que ficam: “ah, eu não sou quilombo!”, “eu não sou negro, eu sou caboclo”, “eu sou mais claro”, não sei o quê, mas não tem esse tom que é mais claro ou mais escuro, é a cor negra. Tem pessoas que moram lá de cores brancas, que moram lá porque eles casaram com pessoas brancas. Mas o quilombo é visível, né. Sempre lá tem muito primo com primo. Família com família. E assim vai nascendo mais e a comunidade vai crescendo [...] (Dolapo, entrevista em julho de 2022, grifo meu)

² Entre 1997 e 1999 ocorreram algumas tensões de cunho político partidário em Cruz da Menina, que teve como ápice a quebra dos barreiros d’água por candidatos de um partido, resultando no desabastecimento da comunidade durante a seca enfrentada pelo município de Dona Inês. Posteriormente, o Prefeito que ganhou as eleições assumiu o abastecimento de água da comunidade através de carros pipas.

Na ciranda, no afoxé e no maculelê, a comunidade de Cruz da Menina reafirma para todos os indivíduos que estiverem relacionados nessa situação étnica, sua identidade como “remanescentes de quilombolas”, evocando sua ancestralidade e as territorialidades vividas através da memória, de eventos experienciados ou herdados, passados geracionalmente entre eles, tendo como ênfase o próprio nome da comunidade (Pollak, 1989). É evidenciado o sentimento de pertencimento, construído devido às trajetórias de estigmas sofridos e pela exclusão das políticas públicas, que os mantinha em territórios longínquos ou de difícil acesso à zona urbana.

Dessa forma, o movimento social foi fundamental para reunir esses indivíduos e organizar a documentação necessária para o processo de reconhecimento pela FCP, tornando-se em 2009 a Associação de Remanescentes de Quilombolas de Cruz da Menina, que possui forte atuação na comunidade. Observar essas relações da comunidade e a forma como esses indivíduos se relacionam entre si e com os demais é importante para entendermos esse processo de reivindicação de identidade étnica, em sua articulação e construção (Lucena, 2015), compreendo a etnicidade como uma organização política evoca (ou silenciada) através das temporalidades sócio-históricas e de uma origem individual (Pollak, 1989, 1992; Pacheco de Oliveira, 1998; Barth, 2000), pois

O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 64).

Para Barth (2000), em diálogo a essa perspectiva apresentada anteriormente, os grupos étnicos são organizações sociais em que os indivíduos encontram na própria diferença culturais formas de acionar suas individualidades em detrimento das outras com quem mantinha relações e interações, em constantes processos de transformações. Como visto, o Quilombo de Cruz da Menina se forma através das exclusões e relações desarmônicas das primeiras famílias que chegaram naquelas terras com os habitantes já existentes e, mesmo com a melhora nas relações sociais estabelecidas, as diferenças entre as famílias ainda era mantida.

Além disso, as famílias foram mantidas naquele território a partir do qual construíram suas territorialidades e, apesar da mobilidade de alguns moradores e chegada de outros (a partir de casamentos com pessoas de fora da comunidade), ou até mesmo das trocas e fluxos culturais, o sentimento de pertencimento e a memória coletiva construída se mantém na comunidade. Isso ocorre pois

[...] as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de *exclusão* e de *incorporação*, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias individuais, estas distinções são mantidas (Barth, 2000, p.26).

Logo, os(as) moradores(as) da comunidade construíram suas relações entre si e com os outros, fomentando também em processos diversificados naquele espaço geográfico, em um movimento temporal contínuo, que se mantem ainda hoje, sendo essa “dinâmica territorial” capaz de “configurar e/ou ajustar territórios de um determinado modo” (Mura, 2019, p.153). Nesse sentido, com o conceito de dinâmica territorial, é possível compreender essas relações existentes entre as famílias da comunidade e os(as) demais habitantes, que estabelecem contato e estão entrelaçados.

Outro ponto abordado por Mura (2019), é a conceituação de territorialidade como resultado dos fatores sócio-históricos, que compõem o espaço geográfico territorial, perpassando a dinâmica territorial e que está em constante transformação. Ao se identificarem como “remanescentes de quilombo”, estes indivíduos reconhecem seu caráter étnico, sendo grupos étnicos categorias atributivas que os próprios indivíduos empregam a si mesmos para organizar suas relações e interações, pessoais ou interpessoais (Barth, 2000), afinal,

A gente estava em um processo e acolheu as famílias que se identificaram. A gente aqui e outros. A gente conseguiu, foi uma das comunidades que conseguiu mais rápido, isso em 2008, o reconhecimento. A gente encaminhou a documentação em janeiro e em março fomos certificados junto à Fundação Cultural Palmares. Junto disso, começou todo o processo, foi isso nossa luta. Primeiro, de identidade com a gente mesmo, das pessoas estarem se autodeclarando como tal, ainda temos muitas pessoas dentro da comunidade que não se assumem como tal. Usufruem do nome de quilombola, usufruir das coisas de quilombola, mas não se define como tal. Mas tudo bem, isso é um processo (Abayomi, entrevista em abril de 2021).

Por fim, ainda há muito para ser investigado, mas destaco que essas reflexões sobre territorialização e territorialidades é um ato político, pois reivindica as identidades individuais e coletivas e (re)significa esses conceitos através do território e das práticas culturais que, para eles, são elos de pertencimento e fortalecem os movimentos sociais (Novais, 2023a).

Considerações finais

A pesquisa está em andamento, investigamos os sentidos do território para os moradores, o processo de territorialização desde a chegada dos primeiros moradores e as sociabilidades existentes, relacionando a cultura com o território, seus entrelaces e tessituras. Os resultados estão em construção, com análises direcionadas nas tensões que existiam (e que ainda existem) dentro e fora da comunidade, pensando também na dinâmica situacional da identidade, que é acionada pelos indivíduos a partir de suas realidades, de forma intersetorial, por meio dos direitos reivindicados.

Por meio desse olhar, buscamos pensar a maneira como o quilombo é entendido por cada indivíduo, sobretudo, pelos que se autodeclaram “pardos” ou como “não quilombolas”, entendendo também as relações histórico-sociais que estão presentes na comunidade. A política do cabelo, dos traços e a própria negação da negritude perpassam esse contexto histórico de marginalização e silenciamento, que ainda existe na sociedade brasileira, sendo necessário essas reflexões sobre a construção de uma identidade que reconheça esses indivíduos como “sujeitos de direito”.

Concluo que este trabalho é apenas uma apresentação do que vem sendo pesquisado na comunidade, cuja identidade étnica vem sendo investigada antes desses processos de construção e reconstrução, do qual o território, a territorialização e a territorialidades assumem papéis importantes no sentimento de pertencimento entre eles, que organizam e dão significado ao espaço, que hoje é chamado de Quilombo Cruz da Menina.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as novas etnias. In: __: **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARAUJO, H. F. A.; et al. Políticas públicas e o re(des)conhecimento de territórios, povos e comunidades tradicionais. In: **IV Jornada Internacional de políticas públicas: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. São Luís, 2009. v. 1. p. 1-19.

BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: __. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2000.

BRASIL. [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal: Senado, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf acesso em: 14 jun. 2024.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1958.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)** 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. 1. Editora Globo:Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização, In: **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LUCENA, Francisco Carlos de. Capítulo XI – Sentidos da identidade entre militantes negros de Mossoró (RN). In: VALLE, Carlos Guilherme do. **Etnicidade e mediação**. Annablume Editora, São Paulo, 2015.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Fronteira Étnica: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano**. 2015. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2015.

MURA, Fábio **Á procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019.

NOVAIS, Nathália Jorge. **Cruz da Menina: processos de luta e reafirmação étnica quilombola em Dona Inês/Paraíba**. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social), CCAE, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2023a.

NOVAIS, Nathália Jorge. **Identidade em construção: o papel do território na comunidade quilombola Cruz Da Menina em Dona Inês/PB**. Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384, vol. 12, n. 10. out. 2023b. p. 18-28.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana**, abr. 1998.

PARAÍBA. **O Governo da Paraíba realiza ações de segurança alimentar em mais 16 comunidades quilombolas**. Governo da Paraíba. 2024. Disponível em: <Governo da Paraíba realiza ações de segurança alimentar em mais 16 comunidades quilombolas — Governo da Paraíba (paraiba.pb.gov.br)> acesso em: 14 jun. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras; edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Arthur. **Aculturação negra no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia da Editora Nacional, 1942.